

2. De acordo com o disposto no item 16 das Instruções Especiais "Das decisões da Comissão, caberá recurso devidamente protocolado, ao Presidente do Tribunal, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação no Diário Oficial do Estado do ato recorrido".
3. O item 16.1 das Instruções Especiais esclarece que: "O recurso será interposto por petição, acompanhado das razões, a Presidência do Tribunal, que determinará o seu processamento, caso cabível".
4. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, e expedido o presente Edital.
- COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE ESCRIVENTE E D.T.A.L.**

A Comissão encarregada da realização do Concurso Público para o provimento dos cargos de ESCRIVENTE, com fundamento no item 11.1 das Instruções Especiais que regem o Concurso, decidiu, por unanimidade, que na prova de DACTILOGRAFIA deverão ser obedecidos os seguintes critérios de avaliação:

1. Em princípio, a nota 100 (cem) será atribuída à transcrição completa do texto sem erros, considerando, inclusive, o aspecto estético.
2. À estética, limpeza e aspecto da prova, serão atribuídos até 10 (dez) pontos.
3. Na correção das provas, serão adotados os seguintes critérios:
- 3.1. linha repetida ou pulada - menos 5 (cinco) pontos;
- 3.2. linha encavalada - menos 3 (três) pontos;
- 3.3. espaçamento em desacordo com o critério estabelecido (espaçamento 1,5) - menos 3 (três) pontos;
- 3.4. uso de traços, barras, etc. na margem direita - menos 2 (dois) pontos;

- 3.5. falta de parágrafos, parágrafos desiguais ou colocação de parágrafos onde não existe - menos 1 (um) ponto;
- 3.6. palavra, sinal, acento e letra saltada, duplicada, acrescentada, trocada, invertida, sobreposta, deslocada ou desalinhada - menos 1 (um) ponto;
- 3.7. espaço desnecessário ou falta de espaço - menos 1 (um) ponto;
- 3.8. erro na separação de sílabas - menos 1 (um) ponto;
- 3.9. dactilografia que ultrapassar os limites das margens esquerda e direita - menos 1 (um) ponto;
- 3.10. falta ou uso indevido de maiúsculas - menos 1 (um) ponto.

OBSERVAÇÕES FINAIS:

1. Usar espaçamento 1,5.
2. Será permitido o uso de régua ou similar para acompanhar o texto.
3. Tempo da prova: 6 minutos.

(22-26-27)

**COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE ESCRIVENTE
CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE DACTILOGRAFIA**

A Comissão encarregada da realização do Concurso Público para o provimento dos cargos de Escrivente, com fundamento no item 11 das Instruções Especiais que regem o Concurso, decidiu que a prova de DACTILOGRAFIA será realizada no dia 30 de outubro do ano em curso, na Av. Rangel Pestana - 315, no Prédio Anexo - 1º subsolo - do Tribunal de Contas do Estado - e CONVOCA os candidatos habilitados, que obtiveram na segunda fase (Prova de Conhecimentos Específicos) nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos, na forma abaixo discriminada:

1º GRUPO - 50 CANDIDATOS - DAS 8:00 AS 8:30 HORAS
De 00001 a 00189

2º GRUPO - 50 CANDIDATOS - DAS 8:31 AS 9:00 HORAS
De 00195 a 00512

3º GRUPO - 50 CANDIDATOS - DAS 9:01 AS 9:30 HORAS
De 00513 a 00770

4º GRUPO - 50 CANDIDATOS - DAS 9:31 AS 10:00 HORAS
De 00783 a 001002

5º GRUPO - 50 CANDIDATOS - DAS 10:01 AS 12:30 HORAS
De 01012 a 01323

6º GRUPO - 48 CANDIDATOS - DAS 10:31 AS 11:00 HORAS
De 01326 a 01701

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

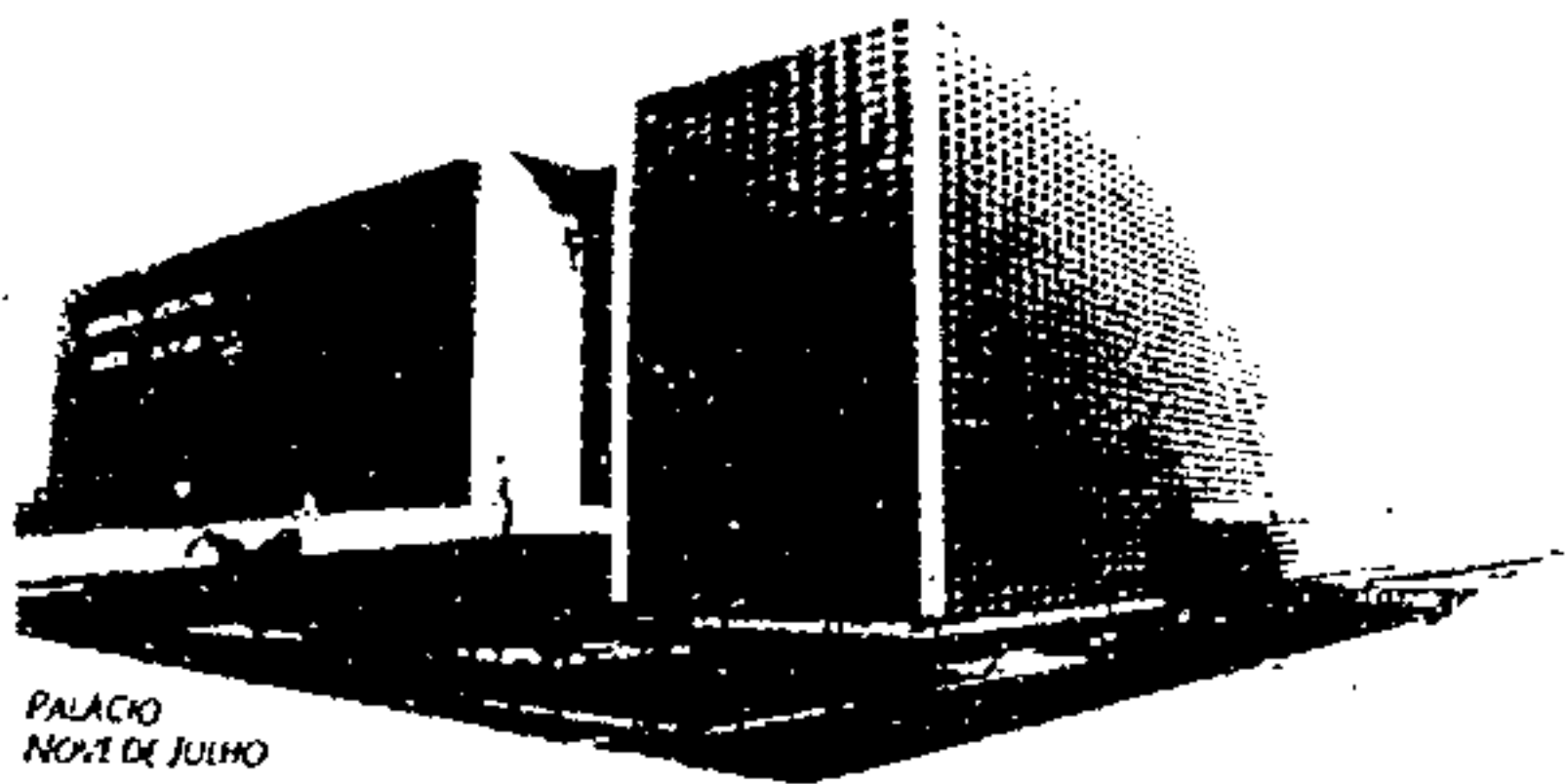
1- Os candidatos deverão apresentar-se 15 (quinze) minutos antes do horário marcado para o seu grupo, munidos de cédula de identidade (RG), protocolo de inscrição do Concurso e caneta esferográfica azul.

2- O candidato convocado, e que não se apresentar no horário fixado, não será examinado em período diverso para aquele que lhe foi determinado, isto é, em outros grupos, conforme dispõem os itens 12 e 12.1 das Instruções Especiais que regem o Concurso.

3. Não haverá, em nenhuma hipótese, segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado, conforme dispõe o item 14.1 das Instruções Especiais que regem o Concurso.

4. A prova de Dactilografia, de acordo com o que dispõe o item 11 das Instruções Especiais que regem o Concurso, constará de cópia de texto impresso e será realizada de acordo com as instruções e critérios de avaliação divulgados nesta data.

(22-26-27)



PALÁCIO
NOVA DE JÚLIO

ATO N.º 23, DE 1988

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 18, inciso III, alínea "a", e 27, "caput", da VI Consolidação do Regimento Interno, e de conformidade com a indicação do Líder da Bancada do Partido Democrático Social, nomeia o Deputado Abdo Hadade membro substituto da Comissão de Fiscalização e Controle, em virtude da renúncia do Deputado Marcelino Romano Machado.

Assembleia Legislativa, em 20-10-88.

a) LUIZ BENEDICTO MÁXIMO, Presidente

São Paulo, 19 de outubro de 1988

Ofício n.º 59/88

Senhor Presidente

Cumprimentando-o, venho comunicar a Vossa Excelência que, em virtude de ter assumido as funções de Líder da Bancada do PDS, renuncio à minha participação como membro substituto da Douta Comissão de Fiscalização e Controle, como representante do PDS, indicando, nesta oportunidade, para essa vaga o nobre Deputado Abdo Hadade.

Aproveito o ensejo para reiterar os protestos de minha estima e distinta consideração.

a) *Marcelino Romano Machado*

À Sua Excelência o Senhor

Deputado Luiz Máximo

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo — SP.

Ordem do dia

25 de outubro de 1988

268.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- 1 - Discussão e votação da Moção nº 657, de 1987, apresentada pelo deputado Miguel Martini, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser facilitado o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ao trabalhador brasileiro. Parecer nº 1723, de 1988, da Comissão de Relações do Trabalho, favorável.
- 2 - Discussão e votação da Moção nº 740, de 1987, apresentada pelo deputado Osvaldo Sbeghen, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser determinado ao INPS, depositar, previamente, em juízo, os valores a que for condenado pela Justiça de Primeira Instância, nas ações de concessão de benefícios previdenciários. Parecer nº 263, de 1988, da Comissão de Promoção Social, favorável, com emenda.
- 3 - Discussão e votação da Moção nº 179, de 1988, apresentada pelo deputado Tadashi Kuriki, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem efetuados estudos visando a uma justa distribuição da carga tributária, representada pelo Imposto de Renda. Parecer nº 1720, de 1988, da Comissão de Relações do Trabalho, favorável.
- 4 - Discussão e votação da Moção nº 355, de 1988, apresentada pela Comissão de Agricultura em seu Parecer nº 1502, de 1988, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem adotadas medidas que impeçam a falência de nossa agricultura devida à gravíssima situação em que se encontram os agricultores que adquiriram máquinas e equipamentos agrícolas através de financiamentos bancários.
- 5 - Discussão e votação da Moção nº 364, de 1988, apresentada pela Comissão de Obras Públicas em seu Parecer nº 1544, de 1988, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem tomadas viáveis as medidas pleiteadas pelos prefeitos paulistas visando à redução dos custos de energia elétrica utilizada nos próprios municipais.

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

11.ª Legislatura

25 de outubro de 1988

269.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA

- Votação da redação final ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, reajustando os vencimentos dos funcionários, servidores e inativos do Estado. Parecer nº 1745, de 1988, de relator especial pela Comissão de Redação, favorável.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

- 1 - Votação do Projeto de lei nº 659, de 1987, apresentado pelo deputado Mauro Bragato, incluindo no calendário turístico do Estado a "Feira do Bordo Industrial e Artesanato - FBISA", de Santo Anastácio. Pareceres nºs 1701 e 1702, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça e de Relator especial pela Comissão de Esportes e Turismo, favoráveis.
- 2 - Votação do Projeto de lei nº 754, de 1987, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a destinação do imóvel a que se refere a Lei nº 2468, de 08/10/80. Pareceres nºs 1492 e 1493, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favoráveis.
- 3 - Votação do Projeto de lei nº 843, de 1987, apresentado pelo deputado Jairo Mattos, dispondo sobre a destinação de bens públicos da classe de uso comum do povo. Parecer nº 1494, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável. Parecer nº 1495, de 1988, da Comissão de Obras Públicas, favorável, com emenda.
- 4 - Votação do Projeto de lei nº 140, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre transferência de ações para a Fazenda do Estado. Parecer nº 1606, de 1988, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. Parecer nº 1607, de 1988, de relator especial pela Comissão de Economia, contrário. Parecer nº 1608, de 1988, da Comissão de Finanças, favorável.
- 5 - Votação do Projeto de lei nº 148, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a destinação do imóvel a que se refere a Lei nº 1815, de 26/10/78, destinando-o à edificação de hotel e à construção de casas populares. Pareceres nºs 779 e 780, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favoráveis.
- 6 - Votação do Projeto de lei nº 164, de 1988, apresentado pelo deputado Walter Lazzarini, alterando dispositivos da Lei nº 1284, de 18/04/77, que dispõe sobre a denominação de prédios, rodovias e repartições públicas. Parecer nº 916, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável, com substitutivo. Parecer nº 917, de 1988, da Comissão de Agricultura, favorável ao substitutivo.
- 7 - Votação do Projeto de lei nº 176, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre alienação, por doação, ao Município de Glicério, de faixa de terra, nele situada, destinada a ser incorporada como via pública. Pareceres nºs 705 e 706, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favoráveis.
- 8 - Votação do Projeto de lei nº 191, de 1988, apresentado pelo deputado Hilkeas de Oliveira, oficializando o "Bairro da Polícia Civil". Parecer nº 1140, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Parecer nº 1141, de 1988, da Comissão de Segurança Pública, favorável ao projeto e à emenda.
- 9 - Votação do Projeto de lei nº 208, de 1988, apresentado pelo deputado Walter Mendes, alterando dispositivos da Lei nº 1093, de 22/09/76, que autorizou a instalação de postos ou estabelecimentos destinados à venda de produtos hortifrutigranjeiros nas faixas de estradas de domínio do DER e terrenos contíguos. Pareceres nºs 1154 e 1155, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça e de Economia, favoráveis.
- 10 - Votação do Projeto de lei nº 230, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre alienação, por doação, ao Município de Bortorena, de faixa de terra, nele situada, pertencente ao DER, destinada à utilização como via pública. Pareceres nºs 1095 e 1097, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis.
- 11 - Votação do Projeto de lei nº 415, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre alienação, por doação, ao Município de Registro, de imóvel nele situado, para fins de loteamento e venda de terrenos, cujo produto será desti-

nado à construção de Centro Esportivo da localidade. Pareceres nºs 1484 e 1485, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favoráveis.

12 - Votação do Projeto de lei nº 436, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre alienação, por doação, ao Município de Santo Anastácio, de terreno, nele situado, destinado à abertura de ruas, à construção de casas populares e à área de lazer. Pareceres nºs 1641 e 1642, de 1988, respectivamente das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favoráveis.

13 - Votação do Projeto de lei nº 447, de 1988, apresentado pelo deputado Luiz Olinto Tortorello, acrescentando dispositivo ao artigo 1º da Lei nº 6144, de 09/06/88, que dispõe sobre a inserção do nome do deputado em publicação de leis, nos casos que especifica. Parecer nº 1530, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável.

14 - Discussão e votação adiada do Projeto de lei nº 138, de 1988, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Município de Araraquara a alienar, por doação, área remanescente do imóvel doado pelo DER, ao Serviço Social do Comércio e outras entidades destinadas a obras de fins sociais. Parecer nº 1510, de 1988, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com substitutivo. Parecer nº 1511, de 1988, da Comissão de Obras Públicas, favorável ao substitutivo. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

15 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 33, de 1987, apresentado pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira, declarando de utilidade pública o "Centro Informação Mulher - CIM", na Capital. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1360, de 1988.

16 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 495, de 1987, apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim, declarando de utilidade pública a "APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Registro", naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 961, de 1988.

17 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 509, de 1987, apresentado pelo deputado Arthur Alves Pinto, declarando de utilidade pública o "Núcleo de Orquídeas de Casa Branca", naquele Município. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1532, de 1988.

18 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 678, de 1987, apresentado pelo deputado Vanderlei Macris, dando a denominação de "Jerônimo Machado" à praça rotatória de acesso a Novo Horizonte, no km 445, da Rodovia SP-321. Parecer nº 582, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Transportes em seu Parecer nº 583, de 1988, na forma da emenda da Comissão de Justiça.

19 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 747, de 1987, apresentado pela deputada Maria do Campo Piunti, declarando de utilidade pública a "Fundação Pró-Menor de Salto", naquele Município. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1174, de 1988.

20 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 761, de 1987, apresentado pelo deputado Sylvio Martini, dando a denominação de "Vereador Manoel Alves Lopes" ao acesso que liga Britânia à SP-331. Parecer nº 1548, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Transportes em seu Parecer nº 1549, de 1988.

21 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 783, de 1987, apresentado pelo deputado Milton Baldochi, dando a denominação de "Nestor Ferreira" à estrada que liga Franca a Restinga. Parecer nº 1490, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Transportes em seu Parecer nº 1491, de 1988. (Com pedido de retirada).

22 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 836, de 1987, apresentado pelo deputado Rubens Lara, declarando de utilidade pública o "Grupo da Prece - Assistência e Promoção Social", em São Vicente. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1513, de 1988.

23 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 838, de 1987, apresentado pelo deputado Ivan Espindola de Ávila, declarando de utilidade pública o "Jardim da Infância Betel", em Diadema. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1534, de 1988.

24 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 3, de 1988, apresentado pelo deputado Fernando Leça, dando a denominação de "Dr. Humberto Vitorio Tozzi" ao Centro de Saúde - III - Águas de Lindóia, naquele Município. Parecer nº 1059, de 1988, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Saúde em seu Parecer nº 1060, de 1988, na forma da emenda da Comissão de Justiça.